

RECURSO ESPECIAL Nº 1.794.045 - RJ (2019/0021650-1)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECORRENTE : VIA VAREJO S/A
ADVOGADOS : ALESSANDRA DE ALMEIDA FIGUEIREDO E OUTRO(S) -
SP237754
PAULO EDUARDO GERMANO PALENZUELA - RJ185924
DOUGLAS SALES MACHADO - RJ214252
RECORRIDO : CELSO GARCIA DA SILVA
ADVOGADO : LUIZ CLÁUDIO RAMOS DA SILVA - RJ178857
INTERES. : AUCAD ADMINISTRAÇÃO E INFORMAÇÕES CADASTRAIS
LTDA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TÍTULO C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER E INDENIZATÓRIA. DIREITO DO CONSUMIDOR. RESPONSABILIDADE CIVIL. PROTESTO DE TÍTULO INDEVIDO. NÃO COMPROVAÇÃO DA DÍVIDA. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA. SUPOSTO DÉBITO SE ENCONTRA PRESCRITO. CANCELAMENTO DO PROTESTO. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA.

A matéria devolvida ao Tribunal para conhecimento repousa em verificar:

- (i) preliminarmente, a legitimidade da parte ré/apelante;
- (ii) a legalidade do protesto levado a efeito em 30/01/2012, referente a título emitido em nome do autor, com vencimento em 11/12/1995 (fls.36/37);
- (iii) a existência de danos morais; e
- (vi) a razoabilidade do importe fixado (R\$8.000,00).

Prima facie, rejeita-se a preliminar de ilegitimidade passiva arguida pela primeira ré.

No caso sub judice, a circunstância de se tratar de endosso translativo não exclui a responsabilidade da ré, ora apelante, pois a mesma não trouxe aos autos qualquer documento, tampouco a cópia do instrumento de cessão, de forma a comprovar que a dívida ainda

não se encontrava prescrita quando da transferência.

Ademais, não há comprovação sequer que a dívida seria do autor e, mesmo que houvesse a tal comprovação, verifica-se a ocorrência da prescrição.

Responsabilidade solidária. Incidência do verbete nº 332 do TJRJ. Assim, tratando-se de relação de consumo porque o contrato protestado teve por origem uma suposta compra efetuada pelo autor junto à ré, o protesto indevido configura a falha na prestação do serviço que acarreta ao fornecedor a responsabilidade pela reparação dos danos causados, independentemente de culpa, na forma preconizada no artigo 14 do CDC, não tendo a empresa ré, ora apelante, comprovado a ocorrência de nenhuma das excludentes previstas no § 3º do mesmo artigo. Desse modo, todas as empresas envolvidas no repasse do título de crédito assumiram o risco de provocar o dano ao consumidor, o qual é inerente ao empreendimento. In casu, então, tem-se por ilegítimo o protesto efetuado no nome do autor estando diante do chamado dano moral in re ipsa, uma vez que decorre do próprio fato que o ensejou.

Quanto ao valor da indenização arbitrado na sentença, verifica-se a observância dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, pelo que não se acolhe o pleito de redução ou majoração formulado pelas partes. Precedentes deste Tribunal. Diante da ausência de relação jurídica, uma vez que a parte autora não reconhece a dívida protestada e a empresa ré não trouxe aos autos qualquer comprovação os juros moratórios devem incidir a partir do evento danoso, nos termos da súmula 54 do STJ. Fixação de honorários recursais.

RECURSO DE APELAÇÃO DA PARTE RÉ A QUAL SE NEGA PROVIMENTO E RECURSO DA PARTE AUTORA A QUAL SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO PARA, TÃO SOMENTE, REFORMAR O TERMO A QUO DOS JUROS PARA A DATA DO PROTESTO.

Retornando o feito ao colegiado de origem, nos termos do artigo 1.030, inciso II, do CPC de 2015, sobreveio acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TÍTULO C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER E INDENIZATÓRIA. RESPONSABILIDADE CIVIL. PROTESTO DE TÍTULO

INDEVIDO. NÃO COMPROVAÇÃO DA DÍVIDA. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA. DÉBITO SE ENCONTRA PRESCRITO. CANCELAMENTO DO PROTESTO. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. JULGAMENTO DO RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA PELO STJ (RESP Nº 1213256/RS) QUE NÃO MODIFICA A CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO PROFERIDO POR ESTE ÓRGÃO JULGADOR. DISTINGUISHING. ARESTO DESSE COLEGIADO QUE SE MANTÉM EM JUÍZO DE RETRATAÇÃO, COM REMESSA DOS AUTOS À EG. TERCEIRA VICE- PRESIDÊNCIA.

A parte recorrente alega violação do artigo 927 do Código de Processo Civil de 2015. Suscita ilegitimidade passiva.

Inicialmente, anoto que o endossatário responde por danos causados por protesto indevido, quando se tratar de endosso translativo (caso dos autos). Confira-se:

DIREITO CIVIL E CAMBIÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. DUPLICATA DESPROVIDA DE CAUSA RECEBIDA POR ENDOSSO TRANSLATIVO. PROTESTO. RESPONSABILIDADE DO ENDOSSATÁRIO.

1. Para efeito do art. 543-C do CPC: O endossatário que recebe, por endosso translativo, título de crédito contendo vício formal, sendo inexistente a causa para conferir lastro a emissão de duplicata, responde pelos danos causados diante de protesto indevido, ressalvado seu direito de regresso contra os endossantes e avalistas.

2. Recurso especial não provido.

(REsp 1213256/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/09/2011, DJe 14/11/2011)

Observe-se, outrossim, o teor da Súmula 475 do Superior Tribunal de Justiça:

Responde pelos danos decorrentes de protesto indevido o endossatário que recebe por endosso translativo título de crédito contendo vício formal extrínseco ou intrínseco, ficando ressalvado seu direito de regresso contra os endossantes e avalistas.

Na espécie, a ação foi ajuizada contra endossante (cedente) e endossatário (cessionário), sendo que "os réus não comprovaram a origem do débito", o que está afirmado na sentença (confirmada pelo acórdão recorrido). Desse modo, a responsabilização solidária é cabível, nos termos dos precedentes do STJ:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE PROTESTO E REPARAÇÃO DE DANOS. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. LEGITIMIDADE. 'QUANTUM' INDENIZATÓRIO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. VALOR RAZOÁVEL.

1. O endossatário de duplicata sem causa detém legitimidade passiva para a ação de cancelamento do protesto movida pelo sacado, perante a quem responde solidariamente com o emitente ou endossante por eventuais danos causados.

2. "É possível a intervenção desta Corte para reduzir ou aumentar o valor indenizatório por dano moral apenas nos casos em que o quantum arbitrado pelo acórdão recorrido se mostre irrisório ou exagerado, situação que não ocorreu no caso concreto" (AgRg no Ag 634.288/MG, Rel. Min. CASTRO FILHO, Terceira Turma, DJ 10.09.2007).

3. Decisão agravada mantida pelos seus próprios fundamentos.

4. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

(AgRg nos EDcl no REsp 718.379/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/11/2010, DJe 02/12/2010)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INEXISTÊNCIA. DIREITO COMERCIAL. TÍTULO DE CRÉDITO. PROTESTO INDEVIDO. BANCO ENDOSSATÁRIO. LEGITIMIDADE PASSIVA.

I – É inviável o recurso especial em relação à afirmada ausência de prestação jurisdicional, quando as questões apontadas pelo recorrente não foram objeto dos embargos de declaração por ele opostos perante o tribunal estadual.

II – Embora seja assegurado ao endossatário de boa-fé levar o título a protesto para preservar seu direito de regresso contra o emitente endossante, tendo ele conhecimento prévio e inequívoco de que a duplicata não tem causa ou que o negócio jurídico foi desfeito, deverá responder, juntamente com o endossante, por eventuais danos que tenha causado ao sacado, em virtude desse protesto. Recurso especial não conhecido.

(REsp 188.996/SP, Rel. Ministro CASTRO FILHO, TERCEIRA

TURMA, julgado em 23/08/2007, DJ 10/09/2007, p. 224)

CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. PROTESTO INDEVIDO DE DUPLICATA DE SERVIÇOS SEM ACEITE. ENDOSSO TRANSLATIVO. RESPONSABILIDADE DO ENDOSSATÁRIO. RESSARCIMENTO. VALOR. LEI N. 5.474/68, ART. 13, § 4º, RI-STJ, ART. 257.

I. O endossatário que recebe a duplicata sem aceite e a protesta torna-se co-responsável pelo pagamento de indenização à parte lesada, mormente quando deixou de objetivamente impugnar a assertiva do autor de que lhe comunicara, previamente, sobre a falta de higidez da cártula, competindo-lhe, assim, uma vez advertido da possibilidade de estar promovendo protesto indevido, certificar-se da veracidade da informação.

II. Recurso especial conhecido e parcialmente provido.

(REsp 481.929/MG, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 25/11/2003, DJ 25/02/2004, p. 182)

CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C CANCELAMENTO DE PROTESTO E INDENIZATÓRIA. DUPLICATAS ENDOSSADAS. LEGITIMIDADE PASSIVA DO BANCO ENDOSSATÁRIO CONFIGURADA. NEGLIGÊNCIA.

I. Na ação declaratória de inexistência de relação jurídica, cancelamento de protesto e indenizatória, devem figurar no pólo passivo tanto a empresa emitente da cártula, como o banco endossatário que enviou o título a protesto, eis que, quanto a este, impossível o processamento da demanda no que tange, pelo menos, ao cancelamento do título, sem a sua presença na lide.

II. A responsabilidade da instituição bancária que recebe a cártula em endosso-mandato, entretanto, no que tange ao pagamento de eventual indenização e verba sucumbencial, dependerá da sua atuação, considerando-se que pratica ato gerador do dever de ressarcir os danos materiais e morais quando ou atua culposa ou dolosamente, enviando a cártula a protesto inobstante previamente advertida a respeito de possível irregularidade na cobrança, ou quando resiste, no mérito, ao pedido. Ao inverso, se não há defeito no título, não é antecipadamente cientificado sobre qualquer possível vício, e não apresenta obstáculo ao cancelamento em si, agindo com integral boa-fé e no exercício do direito assegurado no art. 17, I, da Lei Uniforme de Genebra, aprovada pelo Decreto n. 57.663/66, c/c o art. 25, da Lei n. 5.474/68, e, ainda, o art. 43 do Decreto n.

2.044/1908, não deve ser condenada a ressarcir, nem, tampouco, ao pagamento das custas e honorários advocatícios, imputáveis apenas à emitente.

III. Quanto ao endosso-translativo, hipótese dos autos, o banco, advertido ou não, é automaticamente responsável pelos atos de cobrança do título, posto que o adquire com os vícios que contém, e pela sua cobrança, como titular, arca pelos danos causados perante terceiros.

IV. Caso em que as duplicatas não possuíam aceite e nem estavam acompanhadas do comprovante de entrega das mercadorias, tendo sido levadas a protesto por falta de pagamento, inobstante tais circunstâncias que denotavam a sua irregularidade, a comprometer a higidez das cédulas havidas pelo banco mediante endosso-translativo.

V. Recurso especial conhecido, mas improvido.

(REsp 332.813/MG, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 09/10/2001, DJ 27/06/2005, p. 395 RSTJ vol. 197, p. 363)

DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL. CONTRATO DE FACTORING. CESSÃO DE CRÉDITO PRO SOLUTO. ARTS. 295 E 296 DO CÓDIGO CIVIL. GARANTIA DA EXISTÊNCIA DO CRÉDITO CEDIDO. DIREITO DE REGRESSO DA FACTORING RECONHECIDO.

1. Em regra, a empresa de factoring não tem direito de regresso contra a faturizada - com base no inadimplemento dos títulos transferidos -, haja vista que esse risco é da essência do contrato de factoring. Essa impossibilidade de regresso decorre do fato de que a faturizada não garante a solvência do título, o qual, muito pelo contrário, é garantido exatamente pela empresa de factoring.

2. Essa característica, todavia, não afasta a responsabilidade da cedente em relação à existência do crédito, pois tal garantia é própria da cessão de crédito comum - pro soluto. É por isso que a doutrina, de forma uníssona, afirma que no contrato de factoring e na cessão de crédito ordinária, a faturizada/cedente não garante a solvência do crédito, mas a sua existência sim. Nesse passo, o direito de regresso da factoring contra a faturizada deve ser reconhecido quando estiver em questão não um mero inadimplemento, mas a própria existência do crédito.

3. No caso, da moldura fática incontroversa nos autos, fica claro que as duplicatas que ensejaram o processo executivo são desprovidas de

causa - 'frias' -, e tal circunstância consubstancia vício de existência dos créditos cedidos - e não mero inadimplemento -, o que gera a responsabilidade regressiva da cedente perante a cessionária.

4. Recurso especial provido.

(REsp 1.289.995/PE, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/2/2014, DJe 10/6/2014).

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 NÃO CONFIGURADA. DIREITO DAS OBRIGAÇÕES. CESSÃO DE CRÉDITOS ORIUNDOS DE EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA. RESPONSABILIDADE DO CEDENTE PELA EXISTÊNCIA DO CRÉDITO.

1. Não ocorre violação ao art. 535 do CPC quando o Juízo, embora de forma sucinta, aprecia fundamentadamente todas as questões relevantes ao deslinde do feito, apenas adotando fundamentos divergentes da pretensão do recorrente. Precedentes.

2. Os créditos decorrentes da obrigação de devolução do empréstimo compulsório incidente sobre o consumo de energia elétrica podem ser cedidos a terceiros, uma vez que inexistente impedimento legal expresso à sua transferência ou cessão, desde que o pagamento pela cedida (Eletrobrás) se dê mediante conversão em participação acionária ou em dinheiro no vencimento do empréstimo. (REsp 1.119.558/SC, Primeira Seção, julgado em 9/5/2012 sob a sistemática do art. 543-C do CPC, DJe 1/8/2012)

3. A validade da cessão de créditos oriundos da devolução de empréstimo compulsório sobre energia elétrica submete-se não apenas ao preenchimento dos requisitos insertos no art. 104 do CC, como também ao fato de a devolução do empréstimo compulsório não se dar mediante a compensação dos débitos com valores resultantes do consumo de energia, ficando sua eficácia sujeita à notificação do cedido (art. 286 do CC).

4. No presente feito, consoante assentado pelo Tribunal de origem, a cessão foi realizada de forma absolutamente regular - o que denota o preenchimento de todos os requisitos -, tendo havido a necessária notificação à devedora.

5. O cedente é responsável pela existência do crédito transmitido ao cessionário, ou seja, pela concretude do crédito cedido. O art. 295 do Código Civil preocupa-se em interditar o locupletamento ilícito do cedente, o que certamente ocorreria se lhe fosse permitido receber do cessionário pela transferência de crédito inexistente.

6. Recurso especial não provido

(REsp 988.849/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO,
QUARTA TURMA, julgado em 2/10/2012, DJe 31/10/2012).

Aplica-se a Súmula 83 do STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao recurso.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo, ficando essa obrigação sob condição suspensiva de exigibilidade em caso de beneficiário da gratuidade da justiça.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora